

3 A construção da ameaça

Como vimos no capítulo anterior, o cumprimento por parte dos Estados das normas do regime internacional de não-proliferação depende, em grande medida, da atuação da AIEA. Este órgão tem por função fiscalizar os programas nucleares dos Estados-membros, e através de parâmetros técnicos, desenvolver relatórios de avaliação destes programas. Cabe ressaltar que o secretariado da AIEA tem por dever ater-se a elementos técnicos, não sendo de sua alçada lidar com questões políticas. A única instância política em matéria de não-proliferação é o Conselho de segurança, ao qual a agência pode recorrer caso sua avaliação técnica demonstre que há transgressões às normas estabelecidas¹ que não podem ser resolvidas por ela.

O contencioso do programa nuclear do Irã, iniciado em 2002, com o anúncio da existência de atividades nucleares não declaradas nas centrais de Natanz e Arak, coloca à prova a capacidade de a AIEA manter-se imune a pressões políticas. A descoberta da existência de um programa nuclear secreto no Irã impõe um desafio à agência: apesar de o desenvolvimento de tecnologia nuclear ser permitido pela agência e pelo Tratado de Não-Proliferação Nuclear (como um direito “inalienável”), o Irã promoveu o desenvolvimento desta tecnologia de forma secreta, e portanto, ilegal.

Neste capítulo veremos que existem pressões internacionais, exercidas por Estados específicos, no sentido de afirmar que o Irã representa risco e ameaça e, portanto, deve ser tratado com rigor. Demonstraremos aqui que as representações de alteridade são construídas por estados que possuem interesses em manter o Irã sob controle, sem acesso à tecnologia nuclear, por motivos específicos. Para esta análise, destacaremos as posições particulares de Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita, por considerarmos que estes são os Estados mais interessados em garantir que o Irã não tenha acesso à tecnologia nuclear. Por isso, estes Estados constroem representações de alteridade que visam à criação de um entendimento

¹ DELPECH, Thérèse. *L'Iran et la demission des nations*. Autrement: Paris, 2006

intersubjetivo de que o Irã deve ser tratado com rigor no que se refere a seu programa nuclear.

Estes Estados, entre outros, argumentam que o Irã é um Estado no qual não se pode confiar, uma vez que se percebe nele uma série de características que denotam a diferença entre ele e aquilo que se espera de um Estado “confiável”. Assim, são criadas representações de alteridade relacionadas ao Irã, mostrando que o Estado persa é “diferente” por não compartilhar dos mesmos valores que os outros Estados. Buscaremos demonstrar que estes Estados “constroem” discursivamente a ameaça representada pelo Irã através da constante afirmação de que o Irã é “essencialmente” perigoso. São atreladas ao Irã características negativas que provam o caráter intrinsecamente perigoso deste Estado. Para tal, são ressaltados por estes Estados traços que demonstrem as diferenças entre cada um deles e o Irã. Na estrutura dicotômica das características apresentadas (bem e mal; pacífico e belicoso; terrorista e anti-terrorista), Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita reservam para si as características positivas, imputando ao Irã as negativas. Dessa forma, estes Estados procuram demonstrar que o Irã possui características intrinsecamente negativas, o que justificaria a coordenação de medidas restritivas contra o programa nuclear do Irã.

Nosso argumento de que alguns Estados – destacaremos Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita – constroem representações de risco e alteridade associadas ao Irã, seguirá a teorização de Edward Said em “O Orientalismo”, explorada na introdução ao presente trabalho. Segundo ele, o ocidente “constrói” o Oriente como forma de afirmar a sua própria identidade. Escritores, governantes, diplomatas e teólogos, entre outros, associam ao Oriente características negativas e inferiores, de modo a garantir ao ocidente a associação a características nobres. O Oriente é construído pelo ocidente como uma entidade dependente, fraca, inferior, irracional, irresponsável, selvagem. Através da criação destas representações, o ocidente se retrata com as características opostas, assumindo uma posição superior. Justifica, assim, o colonialismo e a dominação ocidental sobre o Oriente, que “demanda” a intervenção ocidental, já que é incapaz de se auto-governar. Neste trabalho, argumentamos que a construção do “outro”, através de representações de alteridade, é uma prática corrente na política internacional, como demonstra o caso iraniano. De forma similar, o Irã é colocado

na posição de Estado “orientalizado”, e tem as características negativas imputadas e ele, com a argumentação de que estas são características inatas deste Estado.

Utilizaremos a argumentação de Said para mostrarmos que o Irã é “orientalizado” por ser visto como diferente, e não somente por ser um Estados geograficamente oriental. Para demonstrarmos este enfoque, daremos atenção à posição da Arábia Saudita frente ao Irã. A Arábia Saudita, apesar de também ser um Estado localizado no oriente geográfico, “orientaliza” o Irã, ao ressaltar os traços que o diferenciam do Irã. Através do realce de características iranianas como o xiismo e a maioria persa, a Arábia Saudita afirma que o Irã é essencialmente ameaçador, por ter características que representam ameaça.

Neste capítulo analisaremos de forma sucinta a história do Irã ao longo do século XX, como forma de demonstrarmos que o Irã nem sempre foi tido como um Estado perigoso ou associado a características orientais. O Irã foi associado, em alguns momentos ao longo do século XX, a características negativas, em momentos nos quais havia o interesse de seus rivais geopolíticos de enfraquecer e isolar o Irã. Em outros momentos, entretanto, o Irã deixou de ser visto como “diferente”, pois seu regime interno atendia aos interesses dos Estados mais fortes na geopolítica regional de cada momento do século XX. Assim, teremos base para argumentar que o Irã não é “intrinsecamente” perigoso, como provam os momentos nos quais este Estado não foi “orientalizado”, ao longo de sua história.

Por fim, analisaremos as posições particulares de Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita com relação ao Irã e ao contencioso do seu programa nuclear. Estes Estados são, atualmente, os mais interessados em garantir que o Irã não tenha avanços em seu programa nuclear, para evitar a possibilidade de construção de armas nucleares e para manter o *status quo* na região. Outros Estados, como França, Reino Unido, China e Rússia – membros permanentes do Conselho de Segurança e influentes na resolução de contenciosos internacionais – têm participado dos debates envolvendo o programa nuclear iraniano, mas não percebem o Irã como uma ameaça direta aos seus interesses. A participação destes Estados se concentra na busca diplomática pela não-proliferação nuclear, sem a construção de representações de risco sobre o Irã.

1.1.3.1. O Irã ao longo do século XX

Observando a história do Irã ao longo do século XX, percebemos que o contencioso envolvendo seu programa nuclear não é o primeiro momento no qual foram criadas representações de alteridade relacionadas a este Estado. Em outros momentos, diferentes rivais geopolíticos atrelam ao Irã representações de alteridade, como forma de isolá-lo perante os outros Estados. A criação destas representações atreladas ao Irã se constituía como um mecanismo de enfraquecimento de seu regime, apresentando este Estado como um risco, reificando suas diferenças perante os outros e realçando elementos que poderiam suscitar ações contra o país. Outros Estados, como o Iraque – nos meses que antecederam a invasão norte-americana, em 2003 – e a Coreia do Norte – devido ao seu programa nuclear, desde os anos 1990 – passaram por situações semelhantes, com a vinculação de representações de risco e alteridade.

O primeiro destes momentos ocorreu com a tentativa de ocidentalização e modernização da Pérsia pelo Xá Reza Khan, na década de 1930. Khan era um militar cossaco que assumira o poder em 1923, derrubando a dinastia dos Kadjar e inaugurando a dinastia Pahlevi, que ficaria no poder até 1979. A busca pela ocidentalização da Pérsia se deu através de medidas que tinham por objetivo aproximar os hábitos, o vestuário e até mesmo as leis iranianas às dos europeus. Em suas relações internacionais, o Xá promoveu a aproximação entre a Pérsia e o Reino Unido, com a assinatura de um acordo que garantia a empresas britânicas a exploração do petróleo persa. Para cumprir tal função, foi criada a Anglo-Iranian Oil Company (AIOC), que seria responsável pela prospecção e distribuição do petróleo persa².

As alegações do Xá de que o Reino Unido não cumpria o acordo firmado em 1933, destinando à Pérsia parcelas reduzidas do petróleo extraído de seu solo, fez com que o governando promovesse a aproximação do país à Alemanha nazista. Como mostra disso, em 1935, Reza Khan mudou o nome do país de Pérsia para Irã, o país dos arianos, afirmando sua intenção de fazer do país uma potência industrial e com competitividade internacional. Paralelamente, o Irã

² KINZER, Stephen. *Todos os homens do Xá*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004

assumiu uma postura de agressividade e hostilidade perante o Reino Unido, buscando na Alemanha um modelo para sua modernização³.

Apesar de o Irã ter se mantido neutro na Segunda Guerra Mundial, as boas relações com a Alemanha faziam do país uma ameaça estratégica para os Estados Aliados, de modo que, em 1941, o país foi invadido simultaneamente por forças britânicas vindas do sul e soviéticas do norte. Este episódio foi o primeiro no qual o Irã foi confrontado por Estados importantes na geopolítica regional – Reino Unido e União Soviética – tendo sua representação associada ao “outro”, nazista e totalitário, representado pelo Eixo e seus Estados associados. A postura agressiva do Irã frente ao Reino Unido fez com que os Aliados temessem por uma entrada deste Estado na Guerra ao lado do Eixo, o que significaria um revés estratégico na região. Pela primeira vez no século XX, o Irã era associado por Estados importantes na região a uma matriz ideológica considerada negativa e perigosa. A dupla intervenção foi feita como meio de neutralizar a ameaça representada por aquele regime, que estava se aproximando do nazismo, que vinha sendo combatido pelos aliados na Segunda Guerra Mundial. A intervenção britânica e soviética atingiu seu objetivo: a aproximação do Irã com a Alemanha cessou e a instabilidade política iraniana gerada pela intervenção fez com que no mesmo ano, 1941, o Xá Reza Khan abdicasse do poder em favor de seu filho, Reza Pahlevi.

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe à tona no Irã a questão da exploração das reservas de petróleo do país. Com a Guerra e o conseqüente aumento na utilização do petróleo a AIOC reduziu a cota de petróleo destinada para consumo próprio do Irã para apenas 9%, fazendo com que este Estado passasse por dificuldades de abastecimento, mesmo possuindo a segunda maior reserva petrolífera do mundo⁴. A intransigência da AIOC e a falta de capacidade do governo iraniano em negociar um contrato para a exploração de petróleo que favorecesse o país colocou a questão petrolífera no centro do debate da opinião pública. Assim, o nacionalismo ganhou força, e permitiu a ascensão de Muhammad Hedayat Mossadegh ao poder iraniano.

A promessa de nacionalização do petróleo e o discurso nacionalista de seu partido, a Frente Nacional, levaram Mossadegh a ser eleito deputado e primeiro-ministro, em 1951, a despeito de sua rivalidade com a dinastia Pahlevi, da qual era

³ Idem

⁴ ANSARI, Ali M., *Confronting Iran*. Basic Books: Nova Iorque, 2006

crítico desde que Reza Khan assumira o poder. Enquanto Mossadegh ocupava o cargo de primeiro-ministro, o Xá Reza Pahlevi perdeu força a pouca força política que possuía. O Xá era considerado muito jovem e incapaz de governar, de modo que, enquanto Mossadegh governava o país, Reza Pahlevi era uma figura política apagada e pouco influente. Prova disso é que assumiu posição contrária à nacionalização da exploração do petróleo, mas não foi capaz de impedir que o processo, liderado por Mossadegh, se concretizasse, em 1951. As negativas da AIOC em renegociar os acordos de exploração abriram caminho para que o primeiro-ministro iraniano anunciasse que a exploração do petróleo seria realizada pelo Estado iraniano a partir daquele momento⁵.

Este ato levou a um segundo momento no qual o Irã foi “orientalizado”. Londres implementou um embargo econômico, sob a alegação de que o Irã não era cumpridor de acordos internacionais e deveria ser punido por expropriar propriedades de outros Estados⁶. A crise econômica gerada pelo embargo, entretanto, não foi suficiente para derrubar Mossadegh do poder, que ampliara sua base de apoio popular com a nacionalização.

Como meio de ganhar o suporte dos Estados Unidos para o plano de derrubada de Mossadegh, o diplomata britânico Christopher Woodhouse buscou um artifício para atrair a atenção norte-americana para o Irã. A estratégia de Woodhouse foi apelar para a cisão ideológica que mobilizava a política externa norte-americana naquele momento, envolvendo os blocos capitalista e socialista:

“ ‘Para não ser acusado de querer usar os americanos para tirar as castanhas britânicas do fogo’, escreveu ele [Woodhouse] mais tarde, ‘eu decidi enfatizar a ameaça comunista no Irã em vez da necessidade de recuperar o controle da indústria petroleira’ ”⁷.

Através deste argumento, Woodhouse atraía a atenção dos Estados Unidos para o risco representado pelo governo de Mossadegh, devido à possibilidade de sua associação com a União Soviética. Esta aproximação significaria a perda de uma região estrategicamente importante para o bloco capitalista, devido ao seu acesso ao golfo Pérsico e às reservas petrolíferas do país. Com o objetivo de retomar sua influência no Irã, o Reino Unido associou o país a características consideradas ameaçadoras pelos Estados Unidos, que passaram a ver o governo

⁵ CHAUTARD, Sophie. *Guerres et conflits du XXe siècle*. Librio-Flammarion : Paris, 2004

⁶ KINZER, Stephen. *Todos os homens do Xá*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004

⁷ KINZER, Stephen, 2004:20

iraniano como o “outro”, perigoso, ameaçador e comunista. Mossadegh foi descrito como um religioso fanático, e colaborador da União Soviética, que poderia fazer do Irã uma “segunda China”⁸. Estas descrições tornavam o Irã um país ameaçador no entender dos Estados Unidos, por se tratar de um Estado que poderia comprometer a estratégia norte-americana na Guerra Fria. O Irã era associado a características imputadas ao bloco comunista, e deveria haver ações que derrubassem Mossadegh.

Além disso, os Estados Unidos percebiam a possibilidade de derrubar Mossadegh como uma oportunidade para exercer controle sobre o Irã, Estado percebido como estrategicamente importante, não só pelas suas reservas petrolíferas, como pelo acesso ao Golfo Pérsico⁹. Desta forma, os Estados Unidos aceitaram a vinculação entre o Irã e o comunismo como forma de justificar a intervenção. Em 1953, o presidente norte-americano Harry Truman afirmava a proximidade entre forças comunistas e o Irã:

“...everywhere (...), the communists seek to fish in troubled waters, to seize more countries, to enslave more millions of human souls. (...) They are both a European and an Asian power, with borders touching many of the most sensitive and vital areas in the free world around them. So situated, they can use their armies and their economic power to set up simultaneously a whole series of threats--or inducements--to such widely dispersed places as Western Germany, Iran, and Japan”¹⁰

A associação entre o Irã e o comunismo justificava que ações fossem empreendidas contra este Estado, auxiliando na concretização dos interesses norte-americanos na região. Dessa forma, a Agência Central de Inteligência (CIA) organizou o golpe de Estado que derrubou o premier iraniano, em 1953. Após a derrubada de Mossadegh, o Xá Reza Pahlevi ganhou força e passou a governar de forma ditatorial e centralizada, com apoio dos Estados Unidos, que instalaram bases militares em território iraniano¹¹. Entre 1953 e 1979, o Xá empreendeu um processo de modernização e ocidentalização semelhante àquele buscado por seu pai, Reza Khan, buscando mudanças nas parcerias do Irã e nos hábitos de seu

⁸ KINZER, Stephen. *Todos os homens do Xá*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004

⁹ ANSARI, Ali M., *Confronting Iran*. Basic Books: Nova Iorque, 2006

¹⁰ TRUMAN, Harry. *State of the Union Address 1953*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=14379>> Acesso em maio de 2009

¹¹ GÉRÉ, François. *L'Iran et Le nucléaire. Les tourments perses*. Lignes de repères: Paris, 2006

povo. A parceria com os Estados Unidos levou à assinatura de um acordo de segurança entre os dois países, em 1959 e ao reconhecimento da existência de Israel no ano seguinte, a despeito dos protestos da Liga Árabe, que buscava suporte para a causa palestina entre os Estados muçulmanos¹². Cabe ressaltar que, como forma de se mostrar um Estado mais próximo do ocidente, o Xá deu ênfase à identidade persa do Irã, em detrimento da identidade muçulmana xiita. Portanto, a proximidade com Estados Unidos e Israel se justificava pela identidade assumida pelo Irã naquele momento, afastando-o de outros Estados muçulmanos. A proximidade do governo iraniano com Estados Unidos e Israel era um fator de desgaste frente à população, assim como o autoritarismo do Xá, que utilizava sua polícia secreta, a Savak para espionar opositores. A utilização de tortura pela Savak e de corrupção pelo governo eram motivos que faziam a aprovação popular do Xá cair ao longo dos anos.

As boas relações do Irã com Estados Unidos e Israel durante este período resultou numa fase ao longo da qual o Estado persa não era “orientalizado”. Entre 1953 e o início de 1979, o Irã foi visto como um Estado cooperativo e confiável, pelo fato de ser útil aos interesses norte-americanos e israelenses a manutenção de boas relações com o governo iraniano. Assim, percebemos que a criação de representações de alteridade e risco criadas por duas vezes em momentos anteriores, serviam aos interesses dos Estados que as criavam, objetivando a mudança de governo – e foi bem-sucedida em ambos os casos. Em momentos nos quais as relações diplomáticas são boas, e o Irã não representa ameaça aos interesses destes Estados, não há qualquer referência a representações de alteridade.

Devido às boas relações entre o Irã e os Estados Unidos, e a momento passado pelo regime internacional de não-proliferação, que estimulava a transferência de tecnologia, o Xá Reza Pahlevi iniciou negociações com o governo norte-americano para contar com tecnologia nuclear. O Xá declarou, em fins dos anos 1950, sua intenção de criar as bases para que o Irã fosse capaz de produzir 6.000 megawatts de energia nuclear até o ano de 2010¹³, consolidando o acesso a uma alternativa energética capaz de diminuir a dependência no petróleo.

¹² CHAUTARD, Sophie. *L'Iran face au monde*. Studyrama perspectives: Paris, 2006

¹³ Idem

No período caracterizado pela “euforia nuclear”¹⁴, conforme argumentado no capítulo 2 deste trabalho, o Irã concluiu um acordo de cooperação nuclear civil com os Estados Unidos, em 1957¹⁵. Este acordo, firmado sob o marco do “Atoms for Peace”, resultou inicialmente na criação do Centro de Pesquisa Nuclear de Teerã (CPNT), em 1959¹⁶. Para obter a tecnologia nuclear, o Irã buscou apoio de Estados europeus, como França e República Federal da Alemanha, além da parceria com os Estados Unidos, que rendeu, em 1967, um reator plutonigênio de pesquisa de 5 megawatts¹⁷. O CPNT funcionava como centro das iniciativas nucleares do país, coordenando diversas pequenas empresas criadas com a intenção de avançar em conhecimento tecnológico nuclear, como por exemplo o enriquecimento de urânio através do uso de *laser*, de modo a estudar as propriedades físicas dos materiais físséis¹⁸.

O TNP foi assinado pelo Irã em 1968 e ratificado dois anos depois, demonstrando adesão do país ao regime internacional de não-proliferação. Nesse contexto, foi criada, em 1974, a Organização para Energia Atômica do Irã (OEAI), visando a ampliar as pesquisas na área nuclear, com base nos avanços obtidos pelo CPNT e no apoio dado pelos Estados Unidos¹⁹. No mesmo ano, o Ministro do Interior da França, Jacques Chirac, desembarcou no Irã para assinar um contrato de participação iraniana no consórcio de enriquecimento de urânio Eurodif, ao qual o Irã aderiu, adquirindo uma fatia de 10% do total²⁰. Através da participação do Irã neste consórcio, a França se comprometeu a fornecer a este Estado um montante de 10% do urânio enriquecido na usina de Pierrelatte, que tinha a previsão de iniciar seu funcionamento em 1981²¹. Irã e França negociaram ainda a construção de reatores nucleares no Irã, possivelmente em Darquin, ao norte do golfo pérsico, e em Karum, ao sudoeste de Teerã, mas o alto custo do empreendimento levou à desistência dos persas. Outro ambicioso projeto do Xá

¹⁴ GÉRÉ, François. *L'Iran et Le nucléaire. Les tourments perses*. Lignes de repères: Paris, 2006

¹⁵ CHAUTARD, Sophie. *L'Iran face au monde*. Studyrama perspectives: Paris, 2006

¹⁶ Idem

¹⁷ Ibidem

¹⁸ GÉRÉ, François. *L'Iran et Le nucléaire. Les tourments perses*. Lignes de repères: Paris, 2006

¹⁹ CHAUTARD, Sophie. *L'Iran face au monde*. Studyrama perspectives: Paris, 2006

²⁰ GÉRÉ, François. *L'Iran et Le nucléaire. Les tourments perses*. Lignes de repères: Paris, 2006

²¹ CHAUTARD, Sophie. *L'Iran face au monde*. Studyrama perspectives: Paris, 2006

foi a construção da usina de Busher, ao sul do país, desta vez em parcerias com firmas da Alemanha Ocidental, como Krafwerke e a Siemens.

Nos anos 1970, o projeto de modernização proposto pelo Xá ganhou corpo na chamada Revolução Branca, que se baseava em seis pontos: reforma agrária, nacionalização de florestas, reforma eleitoral (inclusive com voto feminino), cessão de ações das indústrias em trocas de terras vendidas para a construção destas, melhorias trabalhistas e campanhas de alfabetização. Estas propostas desagradavam aos grandes proprietários de terras e ao clero xiita, o que levou a um aumento da oposição ao governo. Paralelamente, a corrupção presente na estrutura pública, a pauperização da população e a violência da Savak, força policial treinada pela CIA e acusada de perseguições e torturas, erodiram o apoio popular do governo. A população mostrava desagrado ainda quanto à presença de militares norte-americanos no país, à extinção da oposição formal ao governo e à falta de influência política dos cleros xiitas, religião professada por 93% da população iraniana²². Nesse contexto, ganhou força a figura do clérigo Ruhollah Khomeyni, que do exílio, comandava a oposição ao regime do Xá.

O fortalecimento político de Khomeyni, aliado às insatisfações da população e do clero iraniano, levaram a protestos populares violentos ao longo do ano de 1978, instigados pelo clérigo. A decisão de se exilar no Egito foi tomada pelo Xá em janeiro de 1979, o que possibilitou o sucesso da Revolução Islâmica, sacramentada com o desembarque de Khomeyni em 1º de fevereiro, recebido por quatro milhões de pessoas nas ruas de Teerã²³. Khomeyni se intitulou “chefe da Revolução” e “líder espiritual”, e instaurou um regime teocrático xiita, demonstrando hostilidade perante os Estados Unidos e Israel, Estado que o novo governo se recusa a reconhecer²⁴. A agressividade empregada pelo novo governo na sua política externa, através do não-reconhecimento de Israel e da proposta de exportar a revolução a outros Estados, gerou pressões internacionais, lideradas pelos Estados Unidos, que exigiram a reintegração do Xá como governante do Irã. A escalada das tensões culminou com a tomada de 52 reféns na embaixada dos Estados Unidos em Teerã, que foram mantidos cativos por 444 dias, entre novembro de 1979 e janeiro de 1981. Esta tensão foi

²² ANSARI, Ali M., *Confronting Iran*. Basic Books: Nova Iorque, 2006

²³ KINZER, Stephen. *Todos os homens do Xá*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004

²⁴ CHAUTARD, Sophie. *L'Iran face au monde*. Studyrama perspectives: Paris, 2006

determinante para a rápida deterioração das relações entre Estados Unidos e Irã. A partir de então, o Irã passou a ser um dos temas mais importantes da política externa norte-americana, já que havia grande pressão interna nos Estados Unidos para que fossem tomadas medidas que obrigassem o Irã a libertar os reféns²⁵. Os protestos norte-americanos se materializam em sanções econômicas e comerciais e numa operação militar, em 1980, destinada a resgatar os reféns, intitulada *Desert One*. Porém, a dificuldade de acesso à embaixada norte-americana em Teerã e a forte segurança do local impediram o sucesso da operação.

Assim como nos anos 1930, com a aproximação de Teerã à Alemanha nazista, e na ocasião da nacionalização da exploração do petróleo por Mossadegh, em 1951, a Revolução Iraniana incitou a construção de representações de alteridade sobre o Irã por parte de Estados que se sentiram ameaçados pelo governo revolucionário – na próxima sessão destacaremos Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita. O Irã voltou a ser visto como ameaçador, perigoso, radical, extremista e irracional, através da construção de representações de alteridade que servem para justificar possíveis ações contra o Irã.

O terrorismo associado ao fundamentalismo islâmico reforça a representação de uma utilização menor da razão nas decisões tomadas pelo governo iraniano, uma vez que o terrorismo é tido como menos racional. Walter Laqueur argumenta que uma das características do “novo terrorismo”, é o seu caráter religioso e fanático, e que tende a ser menos racional, pelo objetivo único de causar danos ao inimigo²⁶. Segundo ele, “...terrorists who are driven by nationalist and religious hate, or a mixture of the two, may act less rationally”²⁷. A ligação estabelecida entre o governo iraniano e o terrorismo islâmico atrela ao Irã um caráter menos racional e, por conseguinte menos político. Ainda de acordo com Laqueur, o terrorismo contemporâneo se afasta da política por não possuir demandas políticas. O objetivo dos terroristas é causar o máximo de danos possível a seus inimigos, sem respeito a qualquer regra. Assim, o atrelamento entre o Irã e o terrorismo muçulmano tem por efeito a dissociação entre o Irã e a política. Este Estado, por ter ligações com o terrorismo, não possui demandas políticas e tem

²⁵ GÉRÉ, François. *L'Iran et Le nucléaire. Les tourments perses*. Lignes de repères: Paris, 2006

²⁶ LAQUEUR, Walter. “The new face of terrorism” in *The Washington Quarterly*, v. 21 n. 4, 1998

²⁷ Idem, p. 174

como objetivo principal causar danos a seus inimigos. Percebemos aqui semelhanças com a análise que Edward Said faz sobre o afastamento entre o Oriente e a política, aos olhos orientalistas: “*O islã é o islã, o Oriente é o Oriente, e por favor levem suas idéias sobre a esquerda e a direita, revoluções e mudança de volta para a Disneylândia*”²⁸. O oriental, segundo esta visão destacada por Said, não pode ser visto como um ser político e sim como uma existência a parte deste universo, já que o oriental não é racional, e a racionalidade é um atributo imprescindível para a política. A associação entre o Irã e o terrorismo (a irracionalidade) é uma forma de deslegitimar quaisquer ações do Estado iraniano, visto que são elas fruto de ações desmesuradas, sem embasamento político racionalmente compreensível. Lidar com o Estado iraniano, portanto, não é uma tarefa que possa ser realizada com base nos parâmetros políticos do ocidente, uma vez que os códigos de conduta não são comuns.

Como veremos na próxima sessão, os Estados rivais do Irã – aqueles que possuem interesses em manter o Irã enfraquecido – ressaltam os traços de alteridade como demonstração de que as diferenças representam risco. O discurso é construído pelos rivais do Irã – ressaltaremos as posições de Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita – ressaltando os traços que os diferenciam. Assim, perceberemos que, apesar de o objetivo em manter o Irã enfraquecido seja comum, os meios discursivos empregados são diferentes. De fato, a Arábia Saudita não explora o fato de o Irã ser um Estado muçulmano – como fazem Estados Unidos e Israel, que associam o Irã ao fundamentalismo islâmico – mas destaca a adesão ao xiismo e a predominância persa como ameaça à estabilidade da região.

O período pós-1979 não significou um estancamento das pretensões iranianas pela tecnologia nuclear, porém a construção da percepção de que o Irã representava uma ameaça trouxe dificuldades para a aquisição do material necessário para o avanço de seu programa nuclear. Durante os anos 1980, o Irã tentou convencer a alemã Siemens a prosseguir na construção da usina de Busher, mas esta declinou devido aos riscos oferecidos pela Guerra Irã-Iraque e pelo temor de sanções, por colaborar com um regime tido como “*rogue*” por diversos Estados²⁹. O governo francês se recusou a cumprir o acordo assinado em 1974,

²⁸ Said, 2007:159

²⁹ CHAUTARD, Sophie. *L'Iran face au monde*. Studyrama perspectives: Paris, 2006

apesar de o Irã revolucionário confirmar sua adesão ao consórcio Eurodif em 1981, data na qual a usina de Pierrelatte iniciou seu funcionamento, conforme previsto. As relações com a França tornaram-se ainda mais tensas com o apoio dado pela França ao Iraque durante a Guerra Irã-Iraque, ao passo que o Irã foi acusada de ordenar o seqüestro de cidadãos franceses no Líbano.³⁰ Somente em 1991 a França reembolsou o Irã em um bilhão de dólares, valor empenhado na ocasião da adesão do Xá ao consórcio Eurodif.

É impossível dizer se o programa nuclear iraniano chegou a ser interrompido após a Revolução de 1979. Como veremos no próximo capítulo, a AIEA possui evidências de que havia atividades nucleares no Irã em 1985. É impossível precisar, entretanto, se tais atividades foram contínuas desde a deposição do Xá, ou se foram interrompidas durante algum período de tempo, devido às dificuldades em firmar parcerias. No dia 14 de agosto de 2002, Alizera Jafarzadeh, representante do National Council of Resistance of Iran (NCRI)³¹, anunciou em uma coletiva de imprensa, em Washington, a descoberta de que o Irã construía dois sítios nucleares secretos simultaneamente. Um deles em Natanz, destinado ao enriquecimento de urânio, e outro em Arak, visando à produção de água pesada através da utilização de plutônio³².

O fato de estas plantas nucleares serem construídas secretamente levantou suspeitas de que o Irã não tinha intenções exclusivamente civis, como viria a argumentar posteriormente seu governo. Afinal, o país é signatário do TNP, e portanto, teria o direito de reativar seu programa nuclear, mediante comunicação prévia com a AIEA, de modo que esta tivesse acesso às instalações para fins de fiscalização. Em setembro de 2002, Mohammed El-Baradei, diretor-geral da AIEA, anunciava, na ocasião da conferência-geral da agência, que faria uma visita ao Irã ao longo das semanas seguintes, com o intuito de apurar as denúncias e avaliar as instalações nucleares do Estado persa. A visita do diretor-geral foi postergada pelo Irã até fevereiro de 2003, quando, pela primeira vez, o governo

³⁰ GÉRÉ, François. *L'Iran et Le nucléaire. Les tourments perses*. Lignes de repères: Paris, 2006

³¹ O NCRI é o braço político de uma organização de base marxista-leninista chamada MEK - Moujahedin-e Khalq (combatentes do povo), sediado na Iraque, e que se constitui como força de insurgência contra a "tirania religiosa" do regime iraniano. Através do NCRI, o MEK, que é tido como organização terrorista pelo Irã, possui um forte lobby junto a Londres e Washington, buscando maneiras de enfraquecer o regime dos aiatolás (Géré, 2006).

³² DELPECH, Thérèse. *L'Iran, la bombe et la demission des nations*. Autrement: Paris, 2006

iraniano admitiu a existência de uma usina de enriquecimento de urânio abrigando cerca de 50.000 centrífugas, e a importação, em 1991, de material físsil de origem chinesa³³. A revelação da existência do programa nuclear iraniano iniciou o contencioso envolvendo a AIEA e o Irã, que se estende até o momento atual, e que vem evidenciando as limitações do regime internacional de não-proliferação em lidar com esta temática.

³³ Idem

1.2.3.2.

As visões particulares acerca do programa iraniano

Na última sessão argumentamos que o Irã teve, ao longo do século XX, momentos nos quais foi associado a representações negativas. Nestes momentos, argumentamos, o Irã teve sua representação construída como um Estado perigoso e diferente dos demais, e que por isso deveria ser tratado de forma diferenciada, com maior rigor por parte dos demais Estados, visto que se trata de uma ameaça a *todos*, uma ameaça universal. Devemos nos questionar, entretanto, sobre *quem* teria o interesse em alegar o risco representado pelo Irã. Perceberemos que os Estados que, ao longo do século XX, se empenharam em mostrar o Irã como um Estado ameaçador foram aqueles que tinham interesses em ver o regime iraniano mudado. Nos anos 1930, Reino Unido e União Soviética tinham influência sobre o Irã e se sentiram ameaçados com a aproximação deste Estado com a Alemanha. Com a eclosão da guerra, estes Estados invadiram o Irã de modo a terminar a ameaça que surgia ali, com a possibilidade de mais um Estado aderir ao Eixo. A nacionalização do petróleo, em 1951, foi prejudicial aos interesses britânicos, que detinham a Anglo-Iranian Oil Company (AIOC), empresa que detinha os direitos de exploração desta commodity. A construção do Irã como uma ameaça chegou ao ponto de o Reino Unido acusar o primeiro ministro iraniano Mossadegh de associação com a União Soviética. Desta feita, os Estados Unidos passaram a ver seus interesses em jogo e auxiliaram na derrubada do governo, através de forças da CIA. A revolução de 1979, por fim, é responsável por grande parte das representações construídas sobre o Irã, utilizadas até os dias atuais. Diferentemente das ocasiões anteriores, nas quais intervenções externas foram capazes de mudar o regime iraniano e terminar com a fonte da dita ameaça, o Irã revolucionário se beneficiava da estrutura de defesa herdada pelo Xá, que destinava cerca de 25% do PIB à segurança nacional³⁴. Assim, o regime empossado pela revolução ainda vige no Irã.

Como veremos, Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita são os Estados que mais têm interesses em enfraquecer o Irã, por questões estratégicas que desenvolveremos a seguir. Na próxima sessão, buscaremos as causas políticas para que estes Estados se interessem no enfraquecimento do Irã. Além disso,

³⁴ GÉRÉ, François. *L'Iran et Le nucléaire. Les tourments perses*. Lignes de repères: Paris, 2006

analisaremos os discursos de representantes dos governos destes Estados, como forma de compreender o modo como o Irã é associado a representações de alteridade.

Devemos ressaltar o fato de não termos, nesta pesquisa, o objetivo de absolver o Irã por suas atitudes, ou acusar Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita de serem injustos com o Irã, mas sim demonstrar que há recursos discursivos, como os descritos por Edward Said, que geram cisões na política internacional.

1.2.1.3.2.1 Estados Unidos

A Revolução Iraniana de 1979 teve um efeito direto na postura norte-americana frente à política do Oriente Médio. Até a ascensão do aiatolá Khomeiny ao poder do Irã, os Estados Unidos possuíam controle sobre a economia, política e segurança iraniana, e tinha este Estado como um aliado pacificado e prestativo aos interesses norte-americanos na região. A tranquilidade dos EUA frente ao Irã pode ser percebida na lista de prioridades da política externa elaborada pelo presidente Jimmy Carter, em 1977, na qual o Estado persa sequer figurava³⁵. Dessa forma, a Revolução foi recebida nos Estados Unidos como um desastre político e estratégico, que ainda seria agravado pela tomada de reféns na embaixada dos Estados Unidos em Teerã, em novembro do mesmo ano.

Se no discurso do estado da União de 1979, proferido em janeiro, o Irã era considerado pelo presidente Jimmy Carter como um Estado envolvido em distúrbios perigosos³⁶, no discurso de 1980 o tom era outro. O Irã é acusado pelo presidente norte-americano de afrontar o mundo civilizado: “[the act of Iran] is shocking and violates the moral and the legal standards of a civilized world”³⁷. De fato, a tomada de reféns na embaixada norte-americana não pode ser ignorada. Tal atitude viola os padrões de comportamento esperados de um Estado, e os protestos de Jimmy Carter são uma esperada crítica contra o governo iraniano. Cabe ressaltar, entretanto, que já neste momento podemos perceber uma diferenciação

³⁵ DELPECH, Thérèse. *L'Iran et la démission des nations*. Autrement: Paris, 2006

³⁶ CARTER, Jimmy. State of the Union Address 1979. Disponível em <www.jimmycarterlibrary.org/documents/speeches/su79jec.phtml> Acesso em novembro de 2008

³⁷ CARTER, Jimmy. State of the Union Address 1980. Disponível em <www.jimmycarterlibrary.org/documents/speeches/su80jec.phtml> Acesso em novembro de 2009

discursiva empreendida pelo presidente norte-americano com relação ao Irã. Ao citar os “padrões legais de um mundo civilizado”, Carter imputa ao Irã a não-civilização, enquanto guarda para os Estados Unidos a característica de Estado civilizado. Ao estabelecer que a ação do Irã é estranha à civilização, Carter assume uma postura essencialista frente ao Irã, estabelecendo que a tomada de reféns é uma atitude que fala sobre a natureza do Estado iraniano (não-civilizado). O Irã é, portanto, intrinsecamente diferente e perigoso, como demonstra sua atitude de tomar reféns na embaixada norte-americana.

O governo norte-americano de Ronald Reagan, iniciado em 1981, se manteve como opositor ao regime teocrático iraniano, de modo que os Estados Unidos deram suporte ao Iraque durante a guerra travada contra o Irã. Algumas batalhas podem ser consideradas confrontos diretos entre forças iranianas e norte-americanas, como as batalhas navais travadas entre 1984 e 1988 no Golfo Pérsico, ainda que os soldados dos estadunidenses lutassem em nome do Iraque³⁸. O escândalo do *Irangate*, deflagrado em 1987, com a descoberta de que agências de inteligência norte-americanas vendiam armas para o Irã (apesar de os Estados Unidos não manterem relações diplomáticas com o regime dos aiatolás) como forma de financiar a guerrilha em El Salvador e na Nicarágua, serviu para colocar o Irã mais uma vez no centro das instabilidades políticas norte-americanas, envolvendo o presidente Reagan³⁹.

No mesmo ano, Reagan afirmava, no discurso do Estado da União, ao se pronunciar sobre a política norte-americana perante o Irã que : *‘I took a risk with regard to our action in Iran (...) [but] We will not sit idly by if our interests or our friends in the Middle East are threatened, nor will we yield to terrorist blackmail’*⁴⁰. Nesta frase, percebemos que o Irã é tido por Reagan como um Estado ameaçador aos interesses dos Estados Unidos e de seus parceiros na região, o que leva à necessidade de ações contra o Estado xiita. A alusão ao terrorismo demonstra que o Irã é um Estado que representa risco por não ser racional em suas decisões. Dessa forma, as ações iranianas são comparadas às ações de indivíduos terroristas, que visam exclusivamente a causar danos aos

³⁸ GÉRÉ, François. *L'Iran et Le nucléaire. Les tourments perses*. Lignes de repères: Paris, 2006

³⁹ ANSARI, Ali M., *Confronting Iran*. Basic Books: Nova Iorque, 2006

⁴⁰ REAGAN, Ronald. State of the Union Address 1987. Disponível em www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=34430> Acesso em novembro de 2008

inimigos⁴¹, sem que qualquer negociação seja possível. Similarmente, a alusão à chantagem denota a visão de que o Irã utiliza mecanismos reprováveis em suas relações com os Estados Unidos, demonstrando não ter comprometimento moral. O traço mais importante a ser destacado desta declaração é o fato de o presidente norte-americano construir a representação do Irã como um Estado “diferente” dos Estados Unidos e de seus aliados. As características ressaltadas por Reagan – ameaçador, terrorista, chantageador – denotam que o Irã não possui as características esperadas de um Estado aliado dos Estados Unidos.

Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos definiram como novo objetivo de sua política externa a prevenção contra a ascensão de potências de terceiro mundo capazes de rivalizar com o poderio norte-americano⁴². O Governo George H. Bush (1989-1993) tinha como base para a política de segurança a proposta do então chefe de gabinete, Colin Powell, que visava a substituir um grande rival, a União Soviética, por ao menos dois outros rivais, no que ficou conhecido como a “Rogue State Doctrine”. Desta forma, os recursos destinados à segurança dos Estados Unidos poderiam se manter constantes, apesar de a União Soviética ter sucumbido. Estes novos rivais deveriam ter algumas características específicas, para que pudessem ser vistos como ameaças e, assim justificar duas frentes de conflitos simultâneas para as forças norte-americanas:

“From 1990 on, the general model of a ‘rogue state’ ruled by an ‘outlaw regime’ armed with chemical and nuclear weapons became the standard currency of national security discourse. All that was required was the emergence of a specific ‘demon’ – a particular ruler or a particular state – to bring the newly developed doctrine into a vivid focus and thereby forestall an even more terrifying enemy, the Congressional advocates of a peace dividend, from launching a full-scale attack on the U.S. military establishment”⁴³

As atenções da Casa Branca voltavam-se assim para Estados do Terceiro Mundo, que não ofereceriam o mesmo risco que a União Soviética, por não serem adversários tão poderosos, mas seriam capazes de manter as forças norte-americanas em funcionamento constante. Restava então “construir” os adversários a serem enfrentados pelos Estados Unidos nesta nova política de segurança. O Iraque foi visto pelos estrategistas da Casa Branca como um bom “teste” para a

⁴¹ LAQUEUR, Walter. “The new face of terrorism” in *The Washington Quarterly*, v. 21 n. 4, 1998

⁴² KLARE, Michael. *Rogue States and Nuclear outlaws: America’s search for a new foreign policy*. Hill and Wang: Nova Iorque, 1996

⁴³ Idem: 27 e 28

nova doutrina, por contar com características como forças militares ascendentes e bem armadas, desrespeito aos direitos humanos, regime autoritário, além de aspirações hegemônicas. A operação *Desert Storm*, levada a cabo como consequência da invasão iraquiana ao Kuwait, foi o primeiro passo dado pelos Estados Unidos no bojo da “Rogue State Doctrine”, apesar de o Iraque ter sido um parceiro regional dos Estados Unidos, sobretudo na ocasião da guerra contra o Irã⁴⁴.

Esta doutrina lançada pelo governo Bush se pautava na “demonização” de possíveis adversários, de modo a justificar as ações tomadas contra eles. Este foi um processo feito pela Casa Branca contra Saddam Hussein, de modo que a operação *Desert Storm* fosse percebida como inevitável e necessária para a estabilidade mundial. Discordâncias entre republicanos e democratas no Congresso, acerca dos recursos destinados à segurança, impediram que os Estados Unidos entrassem em outros conflitos simultaneamente.

O governo de George H. W. Bush (1989-1993) empreendeu a política do *Double containment*, na qual se propunha a “conter” Irã e Iraque, recém saídos de uma guerra de oito anos. Na concepção do governo norte-americano, estes dois Estados seriam fontes de instabilidades regionais e internacionais, e por isso deveriam ser “contidos”. A utilização do termo “contenção” (*containment*) traduz a idéia de que estes Estados devem ser vigiados, observados e tolhidos em suas ações, por representarem risco à estabilidade internacional. No caso iraquiano, a contenção se materializou na invasão, iniciada em 1990. Segundo Michael Klare, guerra empreendida contra o Iraque reduziu a atenção dada pelos Estados Unidos ao Irã⁴⁵. Por isso, não encontramos referências ao Irã em nenhum dos *State of the Union Address* pronunciados pelo presidente George H. W. Bush, em contraste com as diversas alusões ao risco representado pelo Iraque.

O presidente Bill Clinton retomou o debate sobre a política de segurança no pós-Guerra Fria, e definiu que os Estados Unidos não deveriam necessariamente lutar duas guerras simultaneamente, mas deveriam estar prontos para tal. A principal determinação do governo anterior, entretanto, permanecia e o governo Clinton se mostrou afeito à idéia de transferir o foco da segurança norte-americana para o terceiro mundo, uma vez que nenhuma potência se apresentava

⁴⁴ Ibidem

⁴⁵ Ibidem

como substituta da União Soviética. Neste contexto, o primeiro Secretário de Estado indicado por Clinton, Warren Christopher, se referiu ao Irã como um “Rogue State”:

“Another rogue state, Iran, now leads rejectionist efforts to kill the chances for peace. It directs and materially supports the operations of Hizballah, Hamas and others who commit atrocities in places like Tel Aviv and Buenos Aires. It sows terror and subversion across the Arab world. Those industrialized nations that continue to provide concessionary credits to Iran cannot escape the consequences of their actions: They make it easier for Iran to use its resources to sponsor terrorism and undermine the prospects for peace”⁴⁶.

Christopher associa o Irã a ataques terroristas perpetrados contra civis em Tel-Aviv e contra a embaixada israelense em Buenos Aires, reforçando o laço existente entre o Estado xiita e o terrorismo. E vai além, ao afirmar que o Irã se mobiliza para minar os esforços de paz. Através destas declarações, o Secretário de Estado atrela o Irã às instabilidade, conflitos e atentados nos quais este Estado estaria envolvido. O resultado desta argumentação é o de que aqueles que desejam a paz devem se voltar contra o Irã, unindo-se aos Estados Unidos. Todos os que se identificam com a necessidade de se ter paz e de coibir o terrorismo devem ver, segundo podemos apreender das palavras de Christopher, o Irã como uma entidade “diferente”, a ser combatida e cerceada. A mensagem enviada pelo Secretário de Estado às “nações industrializadas” é clara: devem manter o Irã isolado, como forma de contribuir para a paz.

O presidente Bill Clinton corroborou o discurso de Christopher, e afirmou ter o objetivo isolar o Irã: “...*first of all, let me remind you that last year I took far stronger steps against Iran than any of our European allies had taken up to that point. (...) I have continued to argue for the isolation of rogue states.*”⁴⁷ O governo de Bill Clinton manteve as pressões sobre o governo iraniano, através da aprovação do Amato-Kennedy Act (ou Iranian-Syrian Act), que impunha punições sobre empresas que investissem mais de US\$ 20 milhões por na no Irã e na Síria⁴⁸.

⁴⁶ CHRISTOPHER, Warren. *Address by Secretary of State*, 1995 Disponível em <<http://dosfan.lib.uic.edu/ERC/briefing/dossec/1995/9501/950120dossec.html>> Acesso em novembro de 2008

⁴⁷ CLINTON, Bill. *The President's News Conference With President Hosni Mubarak of Egypt in Sharm al-Sheikh*. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=52537>> Acesso em novembro de 2008

⁴⁸ GÉRÉ, François. *L'Iran et Le nucléaire. Les tourments perses*. Lignes de repères: Paris, 2006

As eleições de 2000 nos Estados Unidos levaram George W. Bush e os republicanos neoconservadores⁴⁹ ao governo. O governo norte-americano manteve a definição de “rogue states” como Estados acusados de possuir armas de destruição em massa, mísseis balísticos, e suporte direto a organizações terroristas, dando sequência à definição adotada por Clinton. Em seu segundo discurso do estado da União, em 2002, Bush criou ainda a definição de “Eixo do Mal”, inserindo nele Coréia do Norte, Irã e Iraque⁵⁰, Estados que segundo o presidente, ameaçavam a paz mundial por buscarem armas de destruição em massa e por darem suporte a terroristas. Assim, os Estados Unidos não poderiam se manter indiferentes, sob o risco de serem chantageados e verem ataques a seus aliados⁵¹.

A utilização do termo “Eixo do mal” por parte de Bush para fazer referência a Estados como Coréia do Norte, Irã e Iraque, invoca a criação de representações negativas associadas a estes Estados. Ao associar o ‘mal’ ao outro, os Estados Unidos criam também a imagem do ‘bem’, que fica associado aos valores e às ações norte-americanas. Aqueles que se coadunam com estes valores, fazem parte do bem. Aqueles que são vistos como antagonistas destes princípios, são associados ao ‘mal’ e à negatividade que este termo abarca. Este discurso cria uma noção de alteridade, que afirma a diferença essencial existente entre os Estados Unidos e todos aqueles que são diferentes dele e, portanto, fazem parte do ‘mal’. Esta imagem de alteridade funciona como um mecanismo de auto-afirmação, segundo Said⁵², por associar o “outro” a características negativas, ao passo que o “self” guarda as características positivas. Assim, os Estados Unidos podem se colocar como defensores dos valores positivos e universais, ao passo que o “outro”, que não compartilha de seus valores, é defensor de uma visão ruim e negativa. Por isso, a visão norte-americana deve prevalecer, e ser tomada como parâmetro universal para os demais Estados. Considerar os valores norte-americanos como os “bons valores” significa que, todos aqueles que se consideram “bons” devem se unir aos Estados Unidos. Assim, o discurso do

⁴⁹ KEPEL, Gilles. *The war for muslim minds: Islam and the West*. Cambridge: Belknap Press, 2004

⁵⁰ BUSH, George W. *State of the Union Address 2002*. Disponível em <www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm> Acesso em novembro de 2008

⁵¹ Idem

⁵² SAID, Edward. *O Orientalismo*, Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2007

governo norte-americano cria a idéia de que os valores norte-americanos são universais e amplamente aceitos. É um processo de universalização de valores particulares. A criação de representações dicotômicas (bem e mal; confiança e desconfiança; segurança e risco) é constante, sempre imputando a característica negativa ao “outro”, de modo a guardar para si as características mais desejáveis.

Ainda no discurso do Estado da União de 2002, Bush afirmou conhecer a “real natureza” destes Estados⁵³, numa declaração que remete ao orientalismo descrito por Said, que afirma que o ocidente acredita na detenção de toda a verdade acerca do “outro”⁵⁴. O “outro” possui uma natureza imutável, plenamente conhecida pelo ocidente, visto que este conhece a sua história. Conforme argumentado anteriormente, a imagem consolidada a partir da história do Irã é a de um Estado perigoso e ameaçador. Esta se consolida nas palavras de Bush, a partir do momento em que ele afirma conhecer a natureza de Estados como o Irã. A crença na existência de uma natureza verdadeira do Estado elimina a necessidade de conhecimento adicional, visto que não há mudanças, apenas estagnação e permanência.

No *State of the Union Address* de 2003, Bush torna nítida a estratégia de criação de uma dicotomia entre os Estados Unidos e o Irã, associando a liberdade ao seu país e imputando ao Irã características negativas, como repressão, busca por armas de destruição em massa e suporte ao terror:

“In Iran, we continue to see a Government that represses its people, pursues weapons of mass destruction, and supports terror. Iranians, like all people, have a right to choose their own Government and determine their own destiny, and the United States supports their aspirations to live in freedom.”⁵⁵

O Governo Bush utilizou esta base de pensamento para criar constantemente a representação de um Irã perigoso e ameaçador. O programa nuclear iraniano pode ser a principal motivação para as pressões dos Estados Unidos sobre o Estado xiíta, mas não é o único. A questão iraquiana também representa uma preocupação para os Estados Unidos, e o Irã é um Estado importante neste

⁵³ BUSH, George W. *State of the Union Address 2002*. Disponível em <www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm> Acesso em novembro de 2008

⁵⁴ SAID, Edward. *O Orientalismo*, Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2007

⁵⁵ BUSH, George W. *State of the Union Address 2003*. Disponível em <www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29645> Acesso em novembro de 2008

cenário, sobretudo pela sua influência frente aos xiitas, que percebem o regime dos aiatolás como uma referência religiosa⁵⁶. A invasão do Iraque pelos Estados Unidos teve por efeito o fortalecimento deste grupo, que era oprimido por Saddam Hussein, e ganhou espaço na política nacional após a queda do ditador sunita. A influência iraniana sobre os fiéis e sobre os grupos armados xiitas levaram o presidente Khatami a afirmar que o Irã não temia um ataque dos Estados Unidos, pois “*a América tem muito a perder no Iraque*”⁵⁷. As tensões que permearam as relações entre Estados Unidos e Irã nas últimas três décadas dificultam a coordenação de políticas para a estabilização do Iraque, situação agravada pelas pressões norte-americanas para deter o programa nuclear iraniano. O caminho seguido pelos Estados Unidos tem sido, então, enfraquecer o Irã, numa tentativa de reduzir sua influência sobre a política iraquiana. O enfraquecimento do Irã passa ainda pela manutenção de Israel e Arábia Saudita, aliados dos Estados Unidos, como Estados fortes e sem ameaças diretas vindas do Irã. E, por fim, mas não menos importante, os Estados Unidos têm como objetivo evitar que o Irã ganhe poder avançando com seu programa nuclear, adquirindo a tecnologia para a construção de bombas nucleares.

A “ameaça iraniana” descrita pelos Estados Unidos não se baseia em elementos objetivos, e sim na construção de uma representação do Irã como uma ameaça, correspondendo a interesses norte-americanos de manter este Estado afastado da tecnologia nuclear. Prova disso é a divulgação de um relatório, assinado por 16 agências de inteligência dos Estados Unidos, em 3 de dezembro de 2007, afirmando que o Irã interrompera seu programa nuclear destinado à fabricação de armas nucleares em 2003⁵⁸. Segundo este relatório, mesmo que o Irã reiniciasse seu programa nuclear bélico naquele momento, não seria capaz de produzir uma única arma até meados da próxima década: “*We have moderate confidence in projecting when Iran is likely to make a nuclear weapon; we assess that it is unlikely before early-to-mid next decade*”⁵⁹. Apesar da divulgação deste relatório, o presidente Bush manteve sua opinião de que o Irã representa uma ameaça para o mundo: “*Eu disse que o Irã é perigoso, e (...) não há nada que*

⁵⁶ DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. Editora Contexto: São Paulo, 2004

⁵⁷ DELPECH, Thérèse. *L'Iran et la démission des nations*. Autrement: Paris, 2006

⁵⁸ O Globo, 5 de dezembro de 2007, página 35

⁵⁹ National Intelligence Estimate. *Iran: nuclear intentions and capabilities*, November 2007. Disponível em <www.dni.gov/press_releases/20071203_release.pdf> Acesso em dezembro de 2008

*mude minha opinião sobre o perigo que o Irã representa para o mundo*⁶⁰. Dias depois, o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, reforçou o coro do presidente Bush e reafirmou o risco representado pelo Irã, a despeito do relatório divulgado:

“A política do Irã é a de fomentar a instabilidade e o caos. É uma ameaça aos interesses dos Estados Unidos, aos interesses de cada país do Oriente Médio e de todos os países que estão na mira dos mísseis balísticos desenvolvidos por Teerã. (...) Israel não procura destruir seus vizinhos ou apoiar o terrorismo, diferentemente do Irã”⁶¹

Tais declarações, dadas pelo alto escalão do governo norte-americano, constroem o Irã como uma ameaça, que deve ser tratada com firmeza pela comunidade internacional. A associação do Irã a terrorismo, ameaça e risco servem para criar uma idéia comum de que o Irã é um Estado diferente dos outros, reforçando traços de alteridade do Estado persa.

No caso do seu programa nuclear, as pressões são para que a AIEA assumira uma postura austera com relação ao Irã, sobretudo pelas declarações norte-americanas de que o Irã não terá, em hipótese alguma, armamentos nucleares, o que dá a entender que, caso a agência falhe em impedir o avanço do Irã na seara nuclear, os Estados Unidos podem vir a agir militarmente: *‘todas as opções estão na mesa’*, afirmou Bush em junho de 2008⁶². Dessa forma, a Casa Branca mantém a AIEA pressionada a agir de forma definitiva no contencioso envolvendo o programa nuclear do Irã, de modo a evitar que um conflito armado seja deflagrado.

1.2.2.3.2.2 Israel

A derrubada de Mossadegh pela CIA, em 1953, e a ascensão do Xá como efetivo governante do Irã, marcaram o início de uma fase de boas relações do Estado persa com Israel. Por parte do Estado hebreu, as relações cordiais com o

⁶⁰ O GLOBO. *Bush ainda vê perigo no Irã*. 5/12/2007 – Caderno MUNDO, p. 35

⁶¹ O GLOBO. *Relatório veio em mau momento*, diz Gates, 9/12/2007 – Caderno MUNDO, p. 60

⁶² BBC NEWS. *Bush warns Iran of ‘all options’*. 11/06/2008 – Notícia disponível em <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7447428.stm>> Acesso em dezembro de 2008

Irã significavam um avanço na doutrina da “estratégia da periferia”, proposta por David Ben-Gurion, um dos fundadores do Estado israelense⁶³. Segundo esta doutrina, Israel deveria se associar a outros Estados e minorias étnicas que compartilhassem o interesse de se unir contra o fortalecimento dos Estados árabes⁶⁴. A proximidade entre os dois Estados levou até mesmo a um acordo de cooperação militar que resultou na chamada “Operation Flower”, de 1977, na qual Israel utilizou o espaço aéreo iraniano para testar seus mísseis balísticos⁶⁵.

A Revolução Islâmica de 1979, entretanto, levou ao poder o aiatolá Khomeyni, que mudou a relação do Irã com Israel. Se o Irã do Xá Reza Pahlevi era um Estado aliado de Israel, Khomeyni se recusou a reconhecer sua existência, e afirmou sua vontade de eliminar o Estado hebreu⁶⁶. A partir de então, Israel foi colocado pelo governo iraniano como inimigo da revolução e dos muçulmanos, ditando o rumo das relações entre estes Estados até os dias de hoje. O não-reconhecimento da existência de Israel pelo governo iraniano e hostilidade iraniana perante o Estado israelense levaram a um cenário de crescente hostilidade ao longo dos anos 1980. O Estado hebreu deixou de perceber o Irã como um aliado regional, com o qual poderia haver a coordenação de ações, e passou a identificar no Irã mais um rival regional.

As rivalidades entre os dois Estados se aprofundaram a partir do início dos anos 1990, quando Israel passou a divulgar relatórios de suas agências de inteligência que denunciavam a existência de um programa nuclear não-declarado no Irã, destinado à fabricação de armas nucleares⁶⁷. A percepção israelense de que um programa nuclear iraniano poderia colocar sua segurança em risco levou este Estado a iniciar pressões sobre os Estados Unidos, governos europeus e a AIEA em busca de uma mobilização para evitar avanços no programa nuclear clandestino posto em prática pelo Irã. Em meio a estas pressões, Israel empreendia uma campanha diplomática que visava mostrar o Irã como um Estado perigoso e

⁶³ COHEN, Avner. *Israel and the bomb*. Columbia: New York, 1998

⁶⁴ ARONSON, Geoffrey. “Israel and the strategic implications of na iranian nuclear weapons option, in *Iran’s nuclear programs: realities and repercussions*. ECSSR: Abu Dhabi, 2006

⁶⁵ Idem

⁶⁶ GÉRÉ, François. *L’Iran et Le nucléaire. Les tourments perses*. Lignes de repères: Paris, 2006

⁶⁷ ARONSON, Geoffrey. “Israel and the strategic implications of na iranian nuclear weapons option, in *Iran’s nuclear programs: realities and repercussions*. ECSSR: Abu Dhabi, 2006

ameaçador, ligando-o a características negativas, de modo a isolar o governo iraniano ainda mais nos meios diplomáticos.

Em 1993, o então primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin afirmava que o Irã era a fonte de “...all the threats by all types of fundamentalist Islam”⁶⁸ e completava afirmando que este Estado, com seu desenvolvimento de armas de destruição em massa, como as químicas, biológicas e nucleares, era uma ameaça, no longo prazo, maior do que a Síria, Estado que sofria pressões dos Estados Unidos e da Europa, por seu suposto apoio a grupos considerados terroristas, como o Hezbollah, do Líbano⁶⁹. Tal afirmação associa o Irã a ameaças como o fundamentalismo islâmico, que traz consigo a visão de que as decisões iranianas são tomadas com base em crenças religiosas e não em racionalismo político. Tal qual os orientistas descritos por Said, Rabin considera que o “outro” iraniano é desprovido de razão e de visão política, e orienta suas ações por meio de crenças religiosas. Dessa forma, fica constatada a inutilidade de se negociar a paz com o Irã, uma vez que suas demandas têm origem religiosa. No mesmo ano, Rabin afirmou a existência de ligações entre o Irã e o Hamas: “*Practically HAMAS have got a permanent representation in Teheran*”⁷⁰. Assim, Rabin complementou a associação entre o Irã e o fundamentalismo islâmico ao afirmar a existência de relações próximas entre o Hamas, grupo considerado terrorista e fundamentalista por Israel, e Teerã. Através deste discurso, o primeiro-ministro israelense equiparou as ações do Estado iraniano àsquelas de um grupo terrorista.

Devemos considerar que, na visão política israelense, o Hamas é considerado ilegal, por promover o terrorismo e por ser um ente desestabilizador da região. A ligação existente entre o Irã e o Hamas, segundo Israel, atrela as ações terroristas e desestabilizadoras do grupo ao suporte iraniano. Assim, o Irã surge como a origem primeira do terrorismo e das instabilidades regionais. A confirmação deste discurso veio em 1994, quando Rabin afirmou que o Irã

⁶⁸ Idem:95

⁶⁹ Ibidem

⁷⁰ RABIN, Yitzhak. *Prime Minister Yitzhak Rabin's Address to the Diplomatic Corps*. 1993. Disponível em www.mfa.gov.il/MFA/Archive/Speeches/PRIME%20MINISTER%20RABIN-S%20ADDRESS%20TO%20THE%20DIPLOMATIC%20C> Acesso em dezembro de 2008 (grifo no original)

liderava o terrorismo do fundamentalismo islâmico: “*We face the terror of extremist Islam, the enemy of peace; (...) Iran is leading this terrorism*”⁷¹

Shimon Peres, sucessor de Rabin, manteve as acusações feitas no governo anterior, acrescentando que o Irã não representava uma ameaça apenas para Israel, mas para todos:

“Iran (...) has an attempt to get non-conventional weapons with the use of terror all over the place... Iran is the greatest danger to the arabs, to the israelis, to the peace in the whole of the Middle-East and outside the Middle-East. They are cheating. They are lying. They are financing , training and commanding Hamas and Jihad... but still they are trying to get hold of a nuclear option. And the combination of an evil wind with non-conventional arms poses the greatest danger for us”.⁷²

Dessa forma, o governo israelense imputava ao Irã características negativas, que denotavam um caráter excepcional do Irã. O argumento de que o Irã produz armas de destruição em massa reforça a imagem do Irã como uma ameaça. Um Estado que busca a fabricação de armas de destruição em massa não merece a confiança dos outros Estados, pois busca formas de causar danos inaceitáveis a seus inimigos através de armas contra as quais é difícil se proteger, além de desrespeitar os regimes internacionais, que estabelecem a proibição destas armas. Shimon Peres vai além, e acusa o Irã de financiar grupos considerados terroristas, o que mais uma vez coloca o Irã como diferente de todos aqueles que se colocam contra o terrorismo. O Irã não pode ser tido como confiável, segundo este discurso, pois apóia grupos que agem na ilegalidade e que infligem danos à população civil dos Estados. Mais uma vez cria-se uma cisão entre “nós” – racionais e contrários ao terrorismo – e “eles” – irracionais e financiadores do terrorismo. Assim, o discurso israelense ressalta elementos de diferença relativos ao Irã, mostrando que o diálogo tem poucas chances de ter sucesso.

A imagem de risco construída pelo governo israelense sobre o Irã é completada pelas acusações de Peres de que o governo iraniano trapaceia e mente. Dessa forma, o governo israelense dá a entender que não se pode confiar nos compromissos firmados pelos iranianos, pois eles não falam a verdade e buscam

⁷¹RABIN, Yitzhak. *Prime minister speech in the Knesset*. 1994 Disponível em <www.mfa.gov.il/MFA/Archive/Speeches/PRIME%20MINISTER%20RABIN-S%20SPEECH%20IN%20THE%20KNESSET%20-%202027-> Acesso em dezembro de 2008

⁷² ARONSON, Geoffrey. 2006 apud *Al Wasat*, January 3, 1996

brechas para trapacear. Assim, Israel mostra que o Irã é diferente do que se espera de um Estado responsável e correto, que é a manutenção de sua palavra e dos compromissos firmados, a lealdade perante os outros Estados e a utilização da racionalidade em sua relação com os outros governos.

Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel entre 1996 e 1999, seguiu a linha argumentativa de Rabin e Peres, ao identificar o Irã como uma ameaça. Segundo ele, a conformação de um Estado palestino deveria ser impedida caso houvesse o risco de acordos com os aiatolás iranianos:

“I am opposed to a [Palestinian] sovereign state that could make a deal (...) with the ayatollahs in Iran and bring (...) Iranian soldiers on the hills above Tel Aviv. Peace would not survive. So there would have to be a necessary curtailment of certain sovereign powers in the Palestinian entity that would prevent them from posing a mortal threat to the Jewish state.”⁷³

Netanyahu admite que o perigo na criação de um Estado palestino não é apenas a liberdade de ação do governo palestino, e sim a possibilidade de aproximação com o Irã, o que poderia gerar uma invasão de forças iranianas. A constatação do primeiro-ministro é a de que as relações entre palestinos e iranianos acabariam com a possibilidade de “sobrevivência da paz”. Assim, devido ao risco representado pelo Irã, a soberania palestina deveria ser sacrificada, para evitar uma “ameaça mortal” a Israel.

De forma similar, Ariel Sharon, como premier entre 2001 e 2006, imputou ao Irã o maior dos riscos a Israel, associando o Estado xiita a uma rede terrorista, que inclui outros Estados como Síria e Líbano: “*Israel (...) faces extreme dangers. The most prominent danger is Iran, which is making every effort to acquire nuclear weapons and ballistic missiles, and establishing an enormous terror network together with Syria in Lebanon.*”⁷⁴ Diferentemente de Rabin, que associou o Irã a um grupo considerado terrorista por Israel, o Hamas, Sharon associa o Irã a uma rede terrorista composta por Estados. Dentre os Estados componentes dessa rede terrorista, entretanto, o Irã é tido como o mais perigoso,

⁷³CNB News. *Interview with Israel Prime Minister Benjamin Netanyahu*. 1998. Disponível em www.mfa.gov.il/MFA/Archive/Speeches/CBN%20News%20Interview%20with%20PM%20Netanyahu%20-%2028-Oct-98> Acesso em dezembro de 2008

⁷⁴SHARON, Ariel. *Prime minister Ariel Sharon's address to the Knesset – the vote on Disengagement Plan*. 2004. Disponível em www.mfa.gov.il/MFA/Government/Speeches+by+Israeli+leaders/2004/PM+Sharon+Knesset+speech++Vote+on+Disengagement+Plan+25-Oct-2004.htm> Acesso em dezembro de 2008

por esforçar-se na busca por armamentos nucleares e mísseis balísticos. Seguindo a tendência dos primeiros-ministros que o antecederam, Sharon identifica no Irã a principal ameaça a Israel, associando o Estado xiita ao terrorismo.

Percebemos então, uma proximidade entre a imagem construída por Israel sobre o Irã e a imagem construída pelo ocidente sobre o Oriente, na teorização de Edward Said em “O Orientalismo”. Said argumenta que o ocidente imputa ao Oriente características como a falta de compromisso com a verdade, a frouxidão de caráter, a imprecisão e a irracionalidade, o que faz com que o ocidental não possa confiar no oriental. Através desta construção do “outro”, o ocidente reforça sua identidade guardando para si as características mais desejáveis. O ocidental é “*racional, virtuoso, maduro, ‘normal’*”⁷⁵. De forma análoga, o Irã recebe as características vistas como negativas por Israel, ao passo que o Estado hebreu advoga para si características positivas, como pacifismo e respeito às normas internacionais.

O risco vislumbrado por Israel no caso de o Irã obter a tecnologia necessária para a construção de bombas nucleares é a perda da hegemonia regional, visto que o Estado hebreu é o único do Oriente Médio a possuir armas nucleares, ainda que o governo não o admita. A postura de Israel, que não é signatário do TNP, é a da “opacidade nuclear”, através da qual os governantes não confirmam e nem negam a existência de suas bombas nucleares. Assim, o governo não sofre pressões internacionais, por não ser provada a existência de armas nucleares, ao mesmo tempo em que seus rivais são intimidados pelo poder de destruição destas armas⁷⁶. Mas a crença difundida de que Israel possui armas nucleares é suficiente para criar uma dissuasão perante seus rivais, que se mostram relutantes em entrar em conflitos contra uma potência nuclear. A chegada do Irã ao “clube nuclear” significaria uma reordenação do sistema de segurança regional, que obrigaria Israel a rever sua política de defesa. Para sustentar a postura da “opacidade nuclear”, Israel afirma, desde os anos 1960, que não será o primeiro Estado a *introduzir* armamentos nucleares na região⁷⁷. Mas a possibilidade de o Irã atingir o *status* de potência nuclear vem levando Israel a alterar sua estratégia de defesa, buscando formas de garantir a capacidade de resposta (*second strike*) do Estado

⁷⁵ SAID, 2007:73

⁷⁶ COHEN, Avner. *Israel and the bomb*. Columbia: New York, 1998

⁷⁷ Idem

em caso de ataque nuclear, como podemos perceber através da declaração de David Ivri, oficial do Centro de Política de Defesa de Israel: “*The development of deterrent power wich will cause the other side to refrain from a surprise attack. Whoever plans a surprise attack (...) can expect a massive blow from which he will not recover*”⁷⁸. Esta mudança visa alertar ao Irã que Israel possui forças para lhe causar danos inaceitáveis, mesmo que este tome a iniciativa do ataque. A postura de Israel tem sido, ao longo dos últimos anos, a de afirmar que não será o primeiro a *utilizar* armas nucleares na região, embarcando em uma política de “deterência aberta”, na qual fica clara a existência de armas nucleares por parte das forças israelenses⁷⁹.

Israel deixa claro que pretende utilizar todos os meios disponíveis para evitar que o Irã avance com seu programa nuclear, ao ponto de conseguir a construção de armas nucleares. Em junho de 2008, o vice-primeiro ministro israelense Shaul Mofaz salientou que o governo de seu país mantinha a opção de uma intervenção militar no Irã como uma opção, caso o Estado persa não abandonasse seu programa nuclear. Mofaz finalizou sua declaração explicitando que “*a ameaça vinda do Irã deve ser parada de todas as maneiras*”⁸⁰, e assim manteve o tom das declarações israelenses no que se refere ao programa nuclear do Irã. Entretanto, as dificuldades envolvidas em uma operação militar contra o Irã, decorrentes do preparo das forças militares iranianas e de seu sistema de defesa contra ataques aéreos, impedem que Israel se lance em ataques como o realizado em 1981, contra as instalações nucleares iraquianas de Osiraq⁸¹. Além disso, as instalações nucleares iranianas estão dispersas pelo seu território, de modo que ações pontuais seriam ineficazes⁸². Por estes motivos, Israel tem investido na diplomacia para divulgar a ameaça representada pelo Irã.

Através dos meios diplomáticos, Israel busca consolidar a imagem de ameaça representada pelo Irã de modo a pressionar para que ações sejam tomadas

⁷⁸ ARONSON, Geoffrey. 2006:101

⁷⁹ ARONSON, Geoffrey. “Israel and the strategic implications of an iranian nuclear weapons option, in *Iran’s nuclear programs: realities and repercussions*. ECSSR: Abu Dhabi, 2006

⁸⁰ AGÊNCIA BBC. *Vice-premiê de Israel ameaça atacar o Irã*. 06/06/2008 Disponível em <www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2008/06/080606_israeliranentrevistafn.shtml> Acesso em dezembro de 2008

⁸¹ LODGAARD, Sverre. “Bombing Iran: is it avoidable? in *Iran’s nuclear programs: realities and repercussions*. ECSSR: Abu Dhabi, 2006

⁸² CHAUTARD, Sophie. *L’Iran face au monde*. Studyrama perspectives: Paris, 2006

para evitar que o Estado persa atinja o *status* de potência nuclear. Na visão da chancelaria israelense, a diplomacia é o caminho mais adequado, mas caso as negociações não sejam suficientes para evitar que o Irã avance com seu programa nuclear, Israel passaria a ver a intervenção militar, com todas as suas conseqüências, como a melhor opção.

1.2.3.3.2.3 Arábia Saudita

As relações entre Irã e Arábia Saudita possuem uma tradição de rivalidades e hostilidades, devida à disputa pela liderança regional⁸³. Se as boas relações de ambos com os Estados Unidos atenuaram as rugas entre as décadas de 1950 e 1970, a eclosão da Revolução Islâmica no Irã, em 1979, reascendeu as desconfianças entre os dois Estados. A instauração de uma teocracia xiita no Irã não foi vista com bons olhos pela Arábia Saudita, por ameaçar sua liderança perante os muçulmanos⁸⁴. A Arábia Saudita consolidou-se na posição de Estado mais importante do islamismo por ser o berço da religião muçulmana, onde o profeta Maomé teve as revelações, e por ser o destino obrigatório de todos muçulmanos do mundo, que devem peregrinar a Meca ao menos uma vez na vida. Além de Meca, cidade onde nasceu o profeta, fica também na Arábia Saudita a cidade de Medina, segunda em importância na tradição muçulmana, por ter sido o cenário das revelações de Maomé. Assim, a Arábia Saudita é um Estado influente perante os 1,3 bilhões de influência na religião professada por cerca de 1,3 bilhão de pessoas. A instauração da República Islâmica do Irã significou o surgimento de um Estado guiado pela religião muçulmana e com influência sobre os xiitas do mundo muçulmano, espalhados por todo o Oriente Médio. A ascensão do regime teocrático iraniano, portanto, criou uma nova referência religiosa muçulmana na região. A partir de então, o Estado saudita não era mais a única referência estatal para os fiéis, já que a influência iraniana não podia ser ignorada. Além disso, os xiitas ganharam força política, ao identificarem no Irã um Estado que tinha como proposta a expansão do xiismo e a defesa dos interesses deste grupo religioso.

⁸³ DELPECH, Thérèse. *L'Iran et la démission des nations*. Autrement: Paris, 2006

⁸⁴ NOYES, James. "Iran's Nuclear Program: impact on the security of the GCC" in *Iran's nuclear programs: realities and repercussions*. ECSSR: Abu Dhabi, 2006

Gilles Kepel argumenta que a Revolução Iraniana de 1979 foi responsável por mudanças na estrutura religiosa da Arábia Saudita, que flexibilizou a pregação do Wahabismo⁸⁵. Esta doutrina islâmica, preponderante na Arábia Saudita, segue os ensinamentos de Muhammad Bin Abdul Wahhab, um religioso reformista do século XVIII, que primava pela obediência extrema à palavra (*hadith*) do profeta Maomé. Segundo ele, as palavras do profeta são atemporais e não necessitam de adaptações para que possamos compreender o mundo contemporâneo. As *hadiths* devem ser seguidas tal qual foram pronunciadas, quatorze séculos atrás. Devido às instabilidades decorrentes do radicalismo de militantes wahabitas, e da força obtida pelos xiitas, que passaram a ver o Irã como referência político-religiosa, o governo saudita flexibilizou a pregação religiosa. As mudanças políticas ocorridas no Irã em 1979 foram responsáveis por mudanças na estrutura saudita, que sentiu a necessidade de adaptações em suas posições religiosas para que os xiitas da região não entrassem em confrontos teológicos e políticos com a Arábia Saudita. Tal confrontação significaria uma redução da influência saudita sobre os xiitas, e conseqüentemente uma perda de poder da Arábia Saudita.

Além disso, o Irã passou a ser um Estado politicamente independente dos Estados Unidos, o que significava que as boas relações sauditas com os Estados Unidos não se converteriam mais em relações estáveis com os iranianos. Acirravam-se então as disputas pela liderança regional entre dois dos maiores Estados muçulmanos do mundo. A principal demonstração desta rivalidade foi o apoio dado pela Arábia Saudita ao Iraque em sua guerra contra o Irã, entre 1980 e 1988.

Entretanto, as tensões entre a Arábia Saudita e o Iraque no fim dos anos 1980, resultantes dos protestos iraquianos pela queda do preço do petróleo, permitida pelos sauditas⁸⁶, colocaram Irã e Arábia Saudita no mesmo lado, assim como a Guerra do Golfo, na qual os sauditas se voltaram contra Saddam Hussein⁸⁷. A rivalidade comum contra o Iraque colocou Irã e Arábia Saudita lado a lado, mesmo que temporariamente. A assinatura de um acordo de um acordo bilateral de segurança regional, em 2001, durante a presidência iraniana do

⁸⁵ KEPEL, Gilles. *The war for muslim minds: Islam and the west*. Belknap: Cambridge, 2004

⁸⁶ McMILLAN, Joseph. *Saudi Arabia and Iraq: Oil, religion and an Enduring rivalry*. United States Institute of Peace: Washington, 2006. Disponível em: <http://www.usip.org/pubs/specialreports/sr157.pdf>

⁸⁷ DELPECH, Thérèse. *L'Iran et la demission des nations*. Autrement: Paris, 2006

moderado Khatami e a recusa saudita a aceitar a inclusão do Irã no “eixo do mal”, em 2002, mostraram que as relações entre os dois Estados poderiam se tornar cooperativas⁸⁸.

Porém, as denúncias de que o Irã reativara seu programa nuclear, possivelmente com objetivos militares, e a eclosão da guerra do Iraque, em 2003, geraram uma nova onda de tensões entre os dois Estados. A possibilidade de o Irã avançar com seu programa nuclear e construir armas nucleares é vista como uma ameaça à estabilidade regional, pelo risco de incentivar uma corrida armamentista entre Estados do Oriente Médio⁸⁹. Porém, o governo saudita evita pressionar o Irã com relação a seu programa nuclear, por ser a Arábia Saudita um dos Estados tidos pela AIEA como um dos possíveis alquirentes de armas nucleares nos próximos anos, sobretudo devido à sua proximidade política com o Paquistão, possuidor de tecnologia nuclear militar⁹⁰.

Além disso, não há unanimidade quanto à melhor postura dos sauditas frente ao programa nuclear iraniano. A Liga Árabe pediu, em 2006, que seus membros pressionassem contra o programa nuclear israelense, e não contra o iraniano. A visão da Liga é a de que a posse de armas nucleares por parte de um Estado muçulmano funcionaria como um equilíbrio contra o arsenal nuclear israelense⁹¹. Porém, as rivalidades entre o Irã e a Arábia Saudita, decorrentes de aspectos religiosos (xiitas iranianos e sunitas sauditas) e étnicos (persas e árabes), fazem com que o governo saudita considere que o Irã não é o melhor Estado para representar os muçulmanos frente a Israel, por ser um Estado que também rivaliza com a Arábia Saudita⁹². Portanto, o programa nuclear iraniano gera preocupações para o governo saudita, que percebe a possibilidade de um rival regional obter a tecnologia nuclear.

Diante deste cenário, a postura do governo saudita tem sido a de que o Irã não deve prosseguir com o enriquecimento de urânio⁹³. A demonstração de que o Irã representa um risco, entretanto, não segue o padrão apresentado anteriormente por Estados Unidos e Israel, que se concentram em mostrar como o programa

⁸⁸ Idem

⁸⁹ NOYES, James. “Iran’s Nuclear Program: impact on the security of the GCC” in *Iran’s nuclear programs: realities and repercussions*. ECSSR: Abu Dhabi, 2006

⁹⁰ Idem

⁹¹ Ibidem

⁹² CHAUTARD, Sophie. *L’Iran face au monde*. Studyrama perspectives: Paris, 2006

⁹³ NOYES, James. “Iran’s Nuclear Program: impact on the security of the GCC” in *Iran’s nuclear programs: realities and repercussions*. ECSSR: Abu Dhabi, 2006

nuclear iraniano pode ser nocivo para a estabilidade internacional. Por ser suspeito de também ter planos de desenvolver armamentos nucleares, devido à compra de mísseis chineses pouco úteis para armamentos convencionais⁹⁴, a demonstração de que o Irã é uma ameaça passa pelos aspectos que diferenciam os dois Estados: religião e etnia. Os elementos utilizados pelos sauditas para tipificarem a existência de uma ameaça iraniana passa pela constatação de que características étnicas e religiosas do Irã representam um risco. O discurso construído é o de que o Irã é *essencialmente* perigoso, uma vez que é xiita e tem maioria persa.

Nawaf Obaid, diretor do *Saudi National Security Assessment Project*, sediado em Riad, afirmou em 2006 que o Irã representa uma das maiores ameaças ao governo saudita – juntamente com o terrorismo e as instabilidades no Iraque. Segundo Obaid, a ameaça existente no Irã se deve ao fato de o governo iraniano se afirmar como líder dos xiitas de todo o mundo: “*Iran represents the shiite world and Saudi Arabia the Sunni world. This is very dangerous talk, positioning Iran as regional leader. This is the logic of what they do in Iraq and the nuclear sphere*”⁹⁵. Segundo Obaid, esta visão é compartilhada pelo governo saudita. A Arábia Saudita percebe o Irã como um risco pelo fato de este Estado pleitear o lugar de representante dos xiitas, o que oferece um contraponto à liderança exercida pelo governo saudita frente aos sunitas. Cabe ressaltar que não são poucos os distúrbios existentes entre sunitas e xiitas no Oriente Médio, dos quais os conflitos sectários no Iraque são apenas um exemplo. Internamente à Arábia Saudita, as minorias xiitas são subjugadas e, conforme as rivalidades regionais entre as duas vertentes religiosas são aprofundadas, os clérigos Wahabitas aumentam a cisão existente no país. Não são raras as declarações de clérigos que localizam os principais problemas do Islã na existência de xiitas. Uma *fatwa* de 1994, de Abdullah al-Jibrin, afirmava que os xiitas seriam os inimigos dos verdadeiros muçulmanos: “*they [the shiites] are the enemy and may God fight those that lie*”⁹⁶. Em 2002, a International Islamic Relief Organization (IIRO), influente organização wahabita sediada em Jeddah, lançou um livro que afirmava a obrigação dos sunitas de odiarem o “povo da heresia”, aqueles que negam Deus, os apóstatas, sempre em referência aos xiitas: “*Is is incumbent on the muslim*

⁹⁴ Idem

⁹⁵ NOYES, James, 2006:65

⁹⁶ International Crisis Group. *The xiite question in Saudi Arabia*. Middle East Report n.45, 2005

according to his ability... to get rid of their evil”⁹⁷. É fato que estas declarações religiosas não foram dadas por representantes do governo, mas demonstram a visão difundida na Arábia Saudita, de que os xiitas são o “outro”, diferente e errado.

O governo saudita concorda que os xiitas são o “outro” e devem ser detidos, por oferecerem riscos à Arábia Saudita. Tal visão fica clara na advertência feita pelo Sultão Abdullah ao Irã, em janeiro de 2007, ao comentar as tensões sectárias no Iraque: *“Estamos atentos ao proselitismo xiita, observando para ver até onde vai”*⁹⁸. Nesta declaração, o sultão explicitou o estado de alerta do governo saudita perante possíveis tentativas de conversão promovidas pelo governo iraniano, na busca por arregimentar mais fiéis ao xiismo. Além da questão religiosa, o sultão ainda se declarou atento a interferência do Irã, como um Estado de maioria persa, em assuntos concernentes a populações árabes: *“Os árabes devem resolver sozinhos a questão palestina (...) Não queremos mais ninguém negociando nossas questões e se fortalecendo com isso”*⁹⁹.

Através destas declarações, o governo saudita ressalta a existência de traços de alteridade que separam este Estado do Irã. As características religiosas e étnicas do Estado iraniano são vistas como ameaçadoras à estabilidade da região, e por isso, o Irã deve ser mantido a parte de temas como Iraque e palestina. Cabe ressaltar que estes são dois temas-chave para a estabilidade regional, nos quais o governo iraniano vem buscando demonstrar liderança frente aos xiitas¹⁰⁰. A liderança iraniana, entretanto, gera um enfraquecimento relativo da Arábia Saudita – que passa a ter como competidor uma outra liderança religiosa na região –, o que faz com que a Arábia Saudita reaja atrelando representações de ameaça e instabilidades ao Irã.

⁹⁷ Idem

⁹⁸ VIDA GLOBAL. *Sultão da Arábia Saudita adverte Irã*. 28/01/2007. Disponível em <www.nelsonfrancojobim.blogspot.com/2007/01/sulto-da-arbia-saudita-adverte-ir.html> Acesso em janeiro de 2009

⁹⁹ Idem

¹⁰⁰ International Crisis Group. *The xiite question in Saudi Arabia*. Middle East Report n.45, 2005

1.3.3.3 Conclusão

Nos meses que antecederam a invasão ao Iraque, iniciada em março de 2003, o presidente norte-americano George W. Bush e o alto-escalão da Casa Branca realizaram uma série de acusações contra o presidente iraquiano Saddam Hussein e autoridades do país. Esta “campanha” visava mostrar o Iraque como um *rogue state*, por violar os direitos humanos, através da repressão aos xiitas, por não ser democrático, por financiar grupos terroristas e por fabricar armas de destruição em massa. Através destes argumentos, a Casa Branca buscava mostrar que um ataque contra o Iraque seria benéfico para todos os Estados, pois tornaria o mundo mais seguro. Assim, os Estados Unidos e seus aliados colocaram o debate sobre o risco representado pelo Iraque na pauta da agenda internacional, sedimentando a idéia de que o Iraque representava um risco à toda a comunidade internacional. Dessa forma, a coligação liderada pelos Estados Unidos justificou a invasão ao Iraque. Mesmo que a oposição ao conflito ainda fosse grande por parte de diversos Estados, inclusive França e Rússia, que vetaram a operação no Conselho de Segurança da ONU, e por parte da sociedade civil de diferentes países, o discurso de que o Iraque representava uma ameaça à paz e segurança internacionais justificou a invasão.

Entretanto, a afirmação de Alan Greenspan, então presidente do Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, de que a invasão do Iraque teria sido motivada pelas reservas de petróleo do país¹⁰¹, é um indício de que as acusações contra o regime iraquiano serviram de pretexto para justificar a invasão. A opinião de Greenspan tem eco nas palavras de John Abizaid, general aposentado do exército norte-americano e ex-comandante do United States Central Command (CENTCOM), órgão subordinado ao Secretário de Defesa, e responsável pelas operações no Oriente Médio: “‘Of course it’s about oil, we can’t really deny that’, Abizaid said of the Iraq campaign”¹⁰².

¹⁰¹ THE GUARDIAN. *Greenspan admits Iraq was about oil, as death put at 1.2m*. 16/09/2007. Disponível em <www.guardian.co.uk/world/2007/sep/16/iraq.iraqtimeline> Acesso em janeiro de 2009

¹⁰² STANFORD DAILY. *Round table debates: Energy Issues*. 15/10/2007. Disponível em <www.daily.stanford.edu/article/2007/10/15/roundtableDebatesEnergyIssues> Acesso em janeiro de 2009

Assim, a campanha que colocava o Iraque como representante de um risco à estabilidade internacional funcionava como justificativa para uma operação militar que visava a um objetivo particular dos Estados Unidos e de seus aliados, de ter controle sobre os recursos naturais do Iraque, ou ao menos contar com um governo menos hostil à frente deste país. A mesma universalização de interesses particulares vem ocorrendo no contencioso envolvendo o Irã e seu programa nuclear. O interesse de alguns Estados, como Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita em manter o Irã enfraquecido motivam-nos a construir representações negativas para o Estado persa, de modo a erodir a legitimidade de seus pleitos na esfera internacional. O Irã argumenta que seu programa nuclear é pacífico e está de acordo com as regras do regime internacional de não-proliferação, que estabelece o desenvolvimento da tecnologia nuclear como um direito inalienável, conforme o artigo IV do TNP. Mas a construção da representação de um Irã ameaçador e perigoso, por parte de seus rivais, leva a um isolamento deste Estado. A construção desta imagem de ameaça passa pela associação do Irã a características negativas, que o colocam numa posição inferior e o taxam de irresponsável, irracional e não-confiável, de forma semelhante à referência feita pelos orientistas, segundo a descrição de Edward Said. A “construção” da imagem do Irã, por parte de seus rivais, como um risco, sedimenta a visão de que há diferenças intrínsecas entre o Irã e os Estados “corretos”. Assim, o Estado persa é construído como o “outro”, que representa ameaça por não compartilhar dos valores aceitos pelos outros Estados.

As representações de alteridade criadas pelos Estados citados acima não ocorrem diretamente na AIEA. O objetivo destas é a difusão de uma imagem negativa do Irã, de modo a manter a pressão sobre o governo iraniano. A AIEA ganha importância uma vez que estes Estados – Estados Unidos, Israel e Arábia Saudita – optam pela via diplomática para lidar com o programa nuclear iraniano, e a agência internacional é o órgão da ONU responsável por lidar com o controle da energia nuclear dos Estados. Assim, a difusão das representações de alteridade e risco atreladas ao Irã têm como um de seus testes primordiais sua capacidade de alterar o comportamento da AIEA, tornando este órgão mais rígido do que as regras estabelecidas pelo regime internacional de não-proliferação. No próximo capítulo testaremos como se posiciona a AIEA em meio a este embate, de modo a

descobrirmos se a agência tem tido sucesso em cumprir as regras determinadas pelo regime internacional de não-proliferação.